TRIBUNA PARLAMENTAR
Informativo da Assembléia Legislativa de Pernambuco – Ano VIII – nº 75 – Outubro de 2008


Elias Lira


Antonio Figueirôa


João da Costa


Lourival Simões


José Queiroz


Ricardo Teobaldo

Eleições alteram composição da Alepe

Pág. 4 e 5



CARTA AO LEITOR

As eleições municipais do último dia 5 em Pernambuco mudaram o quadro político de várias cidades do Estado, mas tiveram repercussão também no Poder Legislativo Estadual. Acontece que seis deputados foram eleitos prefeitos e vão deixar, em janeiro de 2009, os seus mandatos para assumir uma nova missão pública nos municípios de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe, Petrolândia, Vitória de Santo Antão, Limoeiro e Recife.

Com isso, seis suplentes vão assumir as vagas deixadas pelos eleitos. Esse assunto, com todos os seus detalhes, pode ser conferido nas páginas 4 e 5 deste número do *Tribuna Parlamentar*.

Os deputados estaduais continuam em destaque na página 7 desta edição, com a apresentação de dois perfis de políticos que estão exercendo o primeiro mandato na Casa Joaquim Nabuco.

Outro assunto importante é o início do pagamento dos atrasados da URV (Unidade Real de Valor) aos servidores do Poder Legislativo do Estado. Trata-se de uma antiga reivindicação que começa a ser quitada a partir deste mês, para os funcionários que já aderiram ao acordo realizado entre a Mesa Diretora e o Governo do Estado. A matéria completa está na página 3.

Para finalizar, uma reportagem sobre a segunda edição do Projeto Segunda Cultural no Teatro do Parque, local onde estão sendo realizados os shows enquanto as obras de reforma do Palácio Joaquim Nabuco - outra matéria abordada pelo *Tribuna Parlamentar* deste mês, na página 6 - não terminam. Boa leitura!

ARTIGO

A LUTA DAS MULHERES CONTRA A VIOLÊNCIA

Miriam Lacerda *

Quando falamos em datas comemorativas em relação à mulher, muitas delas, na realidade, não são comemorativas, mas alusivas a algum movimento de luta. É o caso do dia 10 de outubro. Essa data nos faz lembrar quando foi instituído o Dia Nacional de Luta Contra a Violência à Mulher, o qual teve o seu marco em 1980, por ocasião da reunião de centenas de mulheres brasileiras nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, num movimento nacional de protesto contra o índice crescente de crimes contra mulheres em todo o País. E vejam que isso aconteceu há 28 anos!

Naquela ocasião, as mulheres exigiam a implementação de políticas públicas, bem como a reformulação do Código Penal, no sentido de dar visibilidade aos milhares de casos de ameaças, espancamentos, estupros e assassinatos os mais bárbaros possíveis. Sabemos que a violência sempre esteve presente ao longo da História da humanidade e foi um indicador direto das desigualdades sociais. Entretanto, estudos mostram que as mulheres e grupos desfavorecidos costumam ser vítimas preferenciais de atos violentos. Apesar das muitas variações no conceito, de acordo com a Convenção de Belém do Pará, a violência contra mulher é "qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada".

Sabe-se que são inúmeras as formas de expressão de violência contra as mulheres e que, muitas vezes, ocorre de forma sutil. Alguns casos começam como constrangimentos que ficam esquecidos no anonimato da esfera doméstica, justamente por serem praticados por companheiros, parentes e até conhecidos. Já outros são atos de violência explícita que, por serem praticados por essas pessoas próximas, não são denunciados.

A proposta do movimento iniciado naquele 10 de outubro de 1980, em São Paulo, era instituir serviços de orientação e atendimento integral às vítimas nas diversas regiões do Brasil, tornando públicas as relações de violência doméstica. A partir dessa iniciativa, foram criados movimentos semelhantes em várias cidades brasileiras que interferiram na opinião pública, principalmente no que se refere à punição dos criminosos.

Empurradas pela mobilização dos movimentos feministas, as medidas, ainda que insuficientes, foram saindo do papel: hoje, o Brasil conta com cerca de 390 delegacias especializadas em abusos contra a mulher; mais de 100 varas penais com atribuição de julgar delitos contra a mulher; 40 Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher; e uma lei especifica, a Lei Maria da Penha - nº 11.340/2006.

É preciso avançar mais. E em que direção? Ampliar e aperfeiçoar os mecanismos que dão visibilidade aos fatos

RINALDO MARQUES



delituosos e aos avanços no combate à violência; criar e aprimorar instrumentos de acompanhamento dos efeitos das leis, em especial da Lei Maria da Penha; ampliar a rede de proteção de órgãos estatais - do Executivo e do Judiciário - que dão segurança à mulher e contribuem para a efetiva aplicação da lei.

Essa é uma luta diuturna e incansável. Não admite recuos. Exige, sim, vigilância permanente em relação às conquistas alcançadas e combate sem trégua em relação a novos avanços. Por tudo isso é que não podemos deixar de lembrar e renovar a luta nesse Dia Nacional de Luta contra a Violência à Mulher.

* Deputada estadual pelo DEM

O artigo publicado é de estrita responsabilidade do autor.

EXPEDIENTE

O Jornal **Tribuna Parlamentar** é uma publicação de responsabilidade da **Assistência de Comunicação Social da Assembléia Legislativa - Departamento de Imprensa.**

MESA DIRETORA: Presidente, Deputado Guilherme Uchoa; **1º Vice-Presidente**, Deputado Izaías Régis; **2º Vice-Presidente**, Deputado Ciro Coelho; **1º Secretário**, Deputado João Fernando Coutinho; **2º Secretário**, Deputado Raimundo Pimentel; **3º Secretário**, Deputado Sérgio Leite; **4º Secretário**, Deputado Henrique Queiroz. **Assistente de Comunicação Social:** Cláudia Lucena; **Chefe do Departamento de Imprensa**: Marconi Glauco; **Editor:** Marconi Glauco; **Revisão:** Cláudia Lucena e Marconi Glauco; **Redatores:** Fernanda Rodrigues, Isabelle Costa Lima, Larissa Rodrigues, Renata Varjal, Sandra Salisvânia e Yanna Araújo; **Estagiárias:** Hortência Cecílio e Talita Arruda **Gerente de Fotografia:** Roberto Soares; **Edição de Fotografia:** Breno Laprovitera; **Fotógrafos:** João Bitta, Moisés Barbosa e Rinaldo Marques; **Tratamento de Imagem:** Carlos Oliveira; **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Anderson Galvão e Alécio Nicolak Júnior; **Endereço**: Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3217-2368. Fax 3217-2107. PABX 3217.2211.

Nosso endereço na Internet: *http://www.alepe.pe.gov.br* — E-mail: *ddeimpre@alepe.pe.gov.br*

DEFESA DO DIPLOMA

JOÃO BITTA



Atendendo a um convite do Sindicato dos Jornalistas de Pernambuco, o presidente da Assembléia Legislativa do Estado, deputado Guilherme Uchoa (PDT), participou, no mês passado, de uma audiência pública que debateu a obrigatoriedade do diploma de nível superior para o exercício do jornalismo (foto). O encontro, realizado na Superintendência Regional do Trabalho, foi promovido por um grupo formado por associações de empresas de comunicação e de jornalistas. Na ocasião, Uchoa afirmou ser favorável à manutenção da necessidade de formação acadêmica exclusiva. "A ameaça ao diploma de jornalista é, na verdade, uma ameaça à sociedade, pois o jornalismo é condição indispensável à democracia." Para o presidente, a regulamentação oferece maior qualificação aos profissionais e atende às exigências da atualidade. O representante da Associação Nacional dos Jornais, Ricardo Pedreira, posicionou-se de maneira diferente. Ele ressaltou que "a contribuição de médicos e advogados poderia enriquecer o setor". O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil-Seccional Pernambuco, Jayme Asfora, lembrou que a Constituição Federal institui restrições ao exercício de profissões. Já o presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Sérgio Murillo Andrade, defendeu a atualização da legislação que regulamenta a categoria. Para solucionar o impasse, o Supremo Tribunal Federal (STF) vai julgar a questão em caráter definitivo.

NEGOCIAÇÃO

ASSEMBLÉIA PAGA URV A SERVIDORES A PARTIR DESTE MÊS

A Assembléia Legislativa de Pernambuco está resgatando um direito antigo dos seus funcionários. Após exitosa negociação da Mesa Diretora do Poder Legislativo e o Governo do Estado, a Casa viabilizou o pagamento dos atrasados da Unidade Real de Valor (URV). Em setembro, a Mesa convocou todos os servidores e deu início aos acordos, num ato realizado no Teatro Ribeira, no Centro de Convenções, em Olinda.

Para o presidente da Casa, deputado Guilherme Uchoa (PDT), é grande a satisfação em poder proporcionar o cumprimento de um direito. "Ao assumirmos a Mesa Diretora, era nosso compromisso realizar o pagamento e nos sentimos satisfeitos em quitar essa dívida antiga. Nossa satisfação se reflete no contentamento visível no rosto de cada um dos servidores", registrou.

Ao anunciar a boa notícia, o presidente esclareceu que, juridicamente, não havia chances de efetivar o pagamento devido à prescrição dos prazos. Segundo Uchoa, graças a um cauteloso trabalho da Procuradoria da Alepe e da Procuradoria Geral do Estado, foi descoberto que um servidor ganhou na Justiça, em 2001, o direito de receber o benefício. "Por causa do fato, o período de prescrição foi anulado e o direito da maioria restabelecido. Diante disso e por meio de um acordo com o Executivo Estadual, conseguimos a dotação orçamentária necessária para garantir o pagamento da URV", comemorou.

BRENO LAPROVITERA



Presidente e 1º secretário explicaram acordo com Governo aos funcionários

De acordo com o primeiro-secretário da Alepe, deputado João Fernando Coutinho (PSB), o momento é de alegria pelo sentimento de dever cumprido. "Há anos, os servidores aguardavam o cumprimento do direito e tinham deixado de acreditar na possibilidade. Restauramos um sonho muito importante, porque algumas pessoas terão direito a uma diferença que representa uma quantia significativa nos seus orçamentos", avaliou.

O servidor Aldenir Pessoa de Melo foi o primeiro a assinar o termo de adesão. Há 34 anos trabalhando na Casa, declarou estar feliz com a medida. "Outros Poderes tinham pago os atrasados da URV e, com a atual Mesa Diretora, sentimos que nossa hora também iria chegar", disse, satisfeito, o funcionário, que é lotado num gabinete parlamentar. A conquista é tão significativa para o servidor aposentado Fernando Rodrigues da Silva - na Alepe desde 1960, que ele afirmou estar sem palavras para descrever seu sentimento. A funcionária da Assistência Legislativa Graça Vasconcelos, há 23 anos na Casa, registrou o "agradecimento à Mesa Diretora por garantir o pagamento reivindicado há oito anos".

HISTÓRIA - A Unidade Real de Valor (URV) vigorou em um período de transição, entre março e junho de 2004, quando o Governo Itamar Franco implementava o Plano Real. O novo plano econômico, coordenado pelo então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso (FHC), tinha três objetivos: equilíbrio das contas nacionais; implantação da URV; e implementação do Real. Parte da segunda fase do plano de estabilização econômica do ministro FHC, a URV correspondia a US$ 1. A unidade de valor era utilizada como referência para desvincular o preço de todos os produtos da moeda vigente à época, chamada Cruzeiro Real, enquanto o Real não era implantado. Mais tarde, economistas perceberam que a mudança provocou defasagem na compensação da inflação do período e, por isso, a necessidade de corrigir a perda.

PAGAMENTO COMPREENDE PERÍODO DE 1996 A 2001

Os interessados em receber as correções monetárias da URV devem procurar o Departamento de Preparação de Pagamento de Pessoal, localizado no 1º andar do Anexo V, das 8h às 18h, para aderir a um dos dois lotes de pagamento restantes (o prazo limite de adesão ao primeiro lote encerrou-se no último dia 10). Quem aderiu ao 1º lote já assegurou o direito de estar entre os primeiros a receber o benefício. Além disso, esses servidores terão uma garantia a mais, segundo a superintendente de Recursos Humanos da Alepe, Karla Vieira. "Apenas no primeiro lote, a Casa antecipará o pagamento de quatro parcelas de uma só vez e o restante em 20 prestações. Quem tem a receber até R$ 2 mil e já aderiu terá o valor em parcela única. Nos demais lotes, o pagamento será realizado em até 24 prestações", ressaltou Karla.

CRONOGRAMA PARA ADESÃO

LOTE	PERÍODO DE ADESÃO	DATA DE PAGAMENTO DOS SEM VÍNCULO	DATA DE PAGAMENTO DOS COM VÍNCULO	FORMA DE PAGAMENTO
02	11/10/2008 a 10/11/2008	28/11/2008	INATIVOS: 21/11/2008 ATIVOS: 24/11/2008	Até 24 parcelas .
03	11/11/2008 a 10/12/2008	31/12/2008	INATIVOS: 22/12/2008 ATIVOS: 22/12/2008	Até 24 parcelas

O pagamento da URV do Poder Legislativo Estadual compreende o período de outubro de 1996 a setembro de 2001. Todos os funcionários que se encontram na lista oficial sob a responsabilidade do Departamento de Preparação de Pagamento de Pessoal terão direito à remuneração, inclusive aqueles que, por possíveis falhas, foram indevidamente excluídos da lista. Os servidores precisam estar atentos às datas de adesão aos lotes, pois não haverá prorrogação (veja quadro acima).

POLÍTICA





Os deputados Elias Lira (Vitória de Santo Antão), Antônio Figueirôa (Santa Cruz do Capibaribe), João da Costa (Recife), Lourival Simões (Petrolândia), José Queiroz

ELEIÇÕES MUNICIPAIS MUDA

Isabelle Costa Lima

Assim como em outros períodos, o término das eleições municipais provocará mudanças no Poder Legislativo Estadual. Seis deputados deixarão a Casa Joaquim Nabuco para assumir prefeituras de cidades, alterando não somente a estrutura política dos municípios pernambucanos, mas, também, a composição do Parlamento. As vagas deverão ser ocupadas pelos suplentes das coligações partidárias, formadas à época das eleições de 2006.

Para o presidente da Assembléia Legislativa de Pernambuco (Alepe), deputado Guilherme Uchoa (PDT), as alterações não trarão problemas para a continuidade dos trabalhos na Casa. "Experiências mostram não haver danos com as trocas. Afinal, muitos dos que deverão assumir têm experiência no Parlamento", salientou. O primeiro-secretário, deputado João Fernando Coutinho (PSB), concordou com Uchoa, destacando que a rotina da Alepe não será prejudicada. "A cada dois anos, temos uma renovação e, por vezes, as modificações terminam fortalecendo os debates no Legislativo", pontuou.

Mesmo com as mudanças, as discussões deverão seguir a linha atual, em termos de ideologia partidária. Isso porque aqueles que deixarem o Parlamento darão lugar aos suplentes das coligações que integravam. A saída de João da Costa (PT) e Antônio Figueirôa (PTB) da Assembléia Legislativa - os quais conquistaram, respectivamente, as Prefeituras do Recife e de Santa Cruz do Capibaribe - resultará, por exemplo, na convocação do primeiro suplente da aliança PT/PCdoB/PRB/PTB, Isabel Cristina, e do segundo suplente dessa união, Nelson Pereira, atual secretário dos Esportes do Estado.

Por meio da coligação DEM/PHS/PMDB, deverão ser efetivados os deputados Adelmo Duarte e Dilma Lins. Eles irão compor o Parlamento no lugar de Elias Lira (DEM), eleito prefeito de Vitória de Santo Antão, e de Ricardo Teobaldo (PSDB), que conquistou a Prefeitura de Limoeiro (Teobaldo foi eleito deputado pelo PMDB). No caso da união entre PSB/PDT/PL (atual PR), será efetivado o deputado Soldado Moisés (PSB), ocupando a vaga deixada por José Queiroz (PDT), que venceu a disputa pelo Executivo do município de Caruaru.

Ainda por meio da matemática dessa aliança, o deputado Alberto Feitosa (PR) - que, a exemplo de Moisés, já integra o Parlamento - passará da segunda suplência para a primeira. Sendo assim, deve assumir como segundo suplente o atual secretário de Articulação Social do Estado, Waldemar Borges. O ajuste será necessário, pois Ângelo Ferreira e Sebastião Oliveira - ambos eleitos parlamentares em 2006 - mantêm-se no Governo do Estado, nas pastas de Agricultura e Reforma Agrária e de Transportes, respectivamente.

Por último, pela coligação PRTB/PV, será convocado para integrar o Legislativo pernambucano Lucrécio Gomes. Ele ocupará a vaga de Lourival Simões (PR), que venceu as eleições para prefeito de Petrolândia (Simões foi eleito deputado pelo PV). Para o líder do Governo na Casa, Isaltino Nascimento (PT), apesar das composições por meio das alianças, os novos integrantes precisam ter como foco o desenvolvimento do Estado. "Esse interesse no crescimento deve estar acima de questões partidárias, principalmente, porque, hoje, Pernambuco atravessa um momento de ascensão", ponderou. A vice-líder da bancada de Oposição, Miriam Lacerda (DEM), destacou ainda a contribuição daqueles que entrarão. "A atuação deles será fundamental, já que poderão sugerir matérias de relevância para o Estado", asseverou.

POSSE - De acordo com a assistente Legislativa da Alepe, Ana Olímpia Severo, os seis parlamentares eleitos para as gestões municipais deverão entregar carta de renúncia até o dia 30 de dezembro próximo. "A solicitação será publicada no Diário Oficial do Poder Legislativo, tornando-se irretratável", ressaltou. A partir de então, segundo Ana Olímpia, o presidente da Casa, deputado Guilherme Uchoa, tem 48 horas para convocar os novos nomes. Depois de chamados, conforme prevê o artigo 8º do Regimento Interno, os suplentes têm até 30 dias para tomar posse.



DILMA LINS - Deputada estadual na última legislatura, Dilma foi uma das representantes da maior bancada feminina eleita na História do Parlamento pernambucano, em 2002. Como parlamentar, vai atuar em defesa da família e da moral cristã, além de lutar por mais saúde e educação. Como suplente da coligação DEM/PHS/PMDB, à época das eleições de 2006, a técnica em Contabilidade e missionária da Igreja Universal do Reino de Deus será efetivada para mais um mandato na Assembléia Legislativa de Pernambuco.

ADELMO DU
Poder Legislativo
e também foi pre
Agreste pernambu
Além de avicultor
ainda outro ca
vereador daquela
que mais se dec
público são a de
produtivos do A
comércio, agrope
além de apoiar
geração de em
Construção de est
abastecimento de
focos do político







z (Caruaru) e Ricardo Teobaldo (Limoeiro) foram eleitos para seus municípios e vão deixar os mandatos na Assembléia Legislativa em janeiro do próximo ano

M QUADRO NO LEGISLATIVO

SUPLENTES QUE SERÃO CONVOCADOS

ARTE - Integrou o
o até o ano de 2006
efeito de Lajedo, no
ucano, por oito anos.
e pecuarista, exerceu
rgo político, o de
a cidade. As áreas a
dica como homem
fesa dos segmentos
Agreste - indústria,
ecuária e avicultura-,
r programas para
mprego e renda.
tradas e melhorias no
e água também são
.





ISABEL CRISTINA - Dona de vasto currículo, atuou tanto no Executivo quanto no Legislativo, é engenheira agrônoma, professora e uma das fundadoras do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco (Sintepe). Eleita duas vezes vereadora de Petrolina, dedicou-se principalmente à educação. O trabalho como integrante do Parlamento naquela cidade rendeu-lhe a indicação e posterior eleição como vice-prefeita, em 2001. Na administração municipal permaneceu até 2003, quando saiu para coordenar a superintendência da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf). Já assumiu a suplência na Alepe, no período entre 2007 e 2008.

NELSON PEREIRA - Atual secretário Especial de Esportes do Estado, passou pela Casa Joaquim Nabuco em duas legislaturas. Assumiu o mandato de deputado estadual como suplente, em 2001, e, já em 2002, conquistou vaga efetiva no Poder Legislativo pernambucano. Formado em Odontologia, iniciou sua vida política no Poder Executivo em 1993, quando foi eleito prefeito da cidade sertaneja de Mirandiba, localizada a 480 quilômetros do Recife.





WALDEMAR BORGES - À frente da Secretaria Especial de Articulação Social, desde o princípio da atual gestão estadual, o político teve ampla atuação no Legislativo da capital pernambucana. Durante quatro mandatos, integrou a Câmara dos Vereadores do Recife, onde chegou a ser presidente do Poder. Começou cedo na política, assumindo a presidência do PMDB Jovem. Posteriormente, foi presidente regional do PPS. Ainda exerceu cargos importantes na área de ação social e foi secretário de Projetos Especiais - funções desempenhadas em duas gestões do ex-governador Miguel Arraes -, além de ter sido secretário de Desenvolvimento Econômico do Recife.

LUCRÉCIO GOMES - Candidato a prefeito pelo município de Escada - cidade da Zona da Mata Sul, localizada a 59,5 quilômetros do Recife -, o político é suplente na coligação PRTB/PV, à qual estava ligado nas eleições de 2006. Lucrécio Gomes deverá entrar na Assembléia Legislativa de Pernambuco na vaga deixada por Lourival Simões, que sairá do Parlamento pernambucano para assumir a Prefeitura de Petrolândia.



PATRIMÔNIO

EQUIPES DA ALEPE ACOMPANHAM REFORMA NA ESTRUTURA DO PALÁCIO

A preservação do patrimônio histórico do Poder Legislativo Estadual é uma constante preocupação da Mesa Diretora da Casa. Em maio deste ano, foi iniciado um estudo pelas equipes da Assistência de Preservação do Patrimônio Histórico e da Superintendência Administrativa da Alepe (Supad) para iniciar uma reforma estrutural no Palácio Joaquim Nabuco.

Desde então, o piso, o forro, o teto, a cúpula interna e o telhado do prédio estão sendo recuperados. De acordo com a assistente de Preservação do Patrimônio da Alepe, Cynthia Barreto, o trabalho está sendo realizado no sentido de manter a integridade estrutural e os aspectos físicos e arquitetônicos do Palácio.

Tombado desde 1980 pelo Conselho Estadual de Cultura, o prédio-sede da Alepe foi vistoriado, no mês passado, pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe). Em seu relatório, a instituição aprovou todas as ações apontadas no dossiê elaborado pelos dois setores da Casa. A Fundarpe, no entanto, recomendou ainda a recuperação das 12 lucarnas (pequenas janelas que permitem o acesso da luz do Sol) da cúpula interna. Desde

JOÃO BITTA



Piso de madeira da parte superior do prédio-sede já está sendo recuperado

então, a equipe de especialistas da Assistência de Preservação desenvolve estudos para que seja atendida a recomendação da instituição.

"A preservação e valorização de todo o patrimônio histórico do Estado, que representa a cultura do povo pernambucano, é uma preocupação da Mesa Diretora da Alepe e, por isso, merece ser salvaguardado. Pelo fato de a Assistência de Preservação ter a atribuição legal e ser responsável por todo o acervo mobiliário e imobiliário do Palácio Joaquim Nabuco, estamos acompanhando de perto essa obra", destacou Cynthia Barreto.

Além desse trabalho, está previsto, ainda para este mês, um estudo sobre a situação da estrutura física do prédio. Após a emissão de laudo da Comissão de Defesa Civil de Pernambuco (Codecipe), será verificado o principal comprometimento da estrutura em relação aos fatores externos da construção. Com essas informações, serão instaladas placas informativas indicando a capacidade de pessoas que cada ambiente suporta. A análise também será feita pela Assistência de Preservação.

A superintendente administrativa da Alepe, Adriana Araújo, ressaltou a preocupação da Mesa Diretora em preservar de forma permanente o patrimônio histórico do Legislativo. "Sem dúvida, a restauração do Palácio Joaquim Nabuco é um dos marcos da atual gestão", disse.

Ela destacou também que, no início deste mês, foi aberto o processo licitatório para a construção do novo anexo da Alepe. O edifício será localizado entre os Anexos 1 e 2, terá seis andares e comportará os 49 gabinetes parlamentares com tamanhos padronizados, além dos gabinetes da Presidência, Primeira Secretaria e das lideranças de Governo e Oposição. Segundo Adriana, a obra tem previsão de conclusão em 18 meses.

PERSONAGEM DA ALEPE

ARTE E CULTURA ESTÃO PRESENTES NA VIDA DA BIBLIOTECÁRIA SIRLÊNIA

Uma mente voltada para as artes. Essa é a impressão de quem conversa cinco minutos com a gerente da Biblioteca da Alepe, Sirlênia de Albuquerque Araújo Alves. Ela deixa transparecer, em pouco tempo, o quanto o mundo da cultura é latente em sua vida.

A bibliotecária é aluna do curso de Artes Plásticas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), venceu dois concursos de cultura promovidos pela Mesa Diretora da Casa e já fez três cursos de fotografia. Ela também cursou uma pós-graduação em Literatura Infanto-Juvenil e chegou a escrever um livro voltado para esse público, mas falta publicar.

Casada e mãe de três filhos, Sirlênia contou que, entre todas as ramificações das artes, a regionalidade é a que mais a atrai. "Amo a cultura popular de Pernambuco. Sou fascinada pelo maracatu e pela música do nosso Estado. Sou assídua do Projeto Segunda Cultural", relatou, falando sobre a iniciativa da Alepe, que dá espaço, todo mês, para artistas pernambucanos mostrarem seus trabalhos, com entrada gratuita.

Além das artes, a funcionária da Casa também gosta de viajar. Em junho deste ano, por exemplo, passou suas férias na Europa e no Egito, oportunidade que aproveitou para comparar os costumes desses locais com os brasileiros. "Lá, pude comprovar o que conhecia apenas pela televisão e por meio dos livros", destacou.

Sirlênia assumiu a gerência da Biblioteca da Alepe há cinco anos, mas é servidora da Assembléia há dez anos. Trabalhou no Departamento de Documentação, na Comissão de Saúde e em Comissões Parlamentares de Inquérito. Na sua função atual, ela destaca a criação do Projeto *Café com Poesia*, que reúne poetas e servidores uma vez por mês na Casa. "É uma oportunidade de compartilharmos a poesia", ressaltou.

RINALDO MARQUES



Servidora gerencia Biblioteca da Casa

PERFIL PARLAMENTAR

DEPUTADOS DE 1º MANDATO APRESENTAM SUAS PROPOSTAS

RINALDO MARQUES



Parlamentar está atento às demandas sociais

CLODOALDO TRAZ EXPERIÊNCIA DE ATUAÇÃO EM PREFEITURAS

Médico, especialista em Endocrinologia e com pós-graduação em Administração Hospitalar, Clodoaldo Magalhães (PTB) assumiu o primeiro mandato na Assembléia Legislativa atento às demandas dos segmentos sociais menos favorecidos, como a mulher, o negro e o idoso. Eleito com 57.515 mil votos, ele trouxe para o Parlamento a experiência vivida no setor público de saúde, "onde a política permeia todo o processo de atendimento". Também estão entre suas bandeiras de luta o combate à violência e melhorias nas áreas de saúde, educação e habitação do Estado.

Natural de Palmares, Magalhães nasceu em 13 de novembro de 1975. Foi secretário de Saúde de Sirinhaém por quatro anos e secretário de Governo de Joaquim Nabuco, por dois anos. Todos os municípios estão localizados na Mata Sul. Apesar de sua família ter uma forte tradição política - seu pai, Eudo Magalhães, foi deputado estadual por dois mandatos e, atualmente, é prefeito de Joaquim Nabuco -, Clodoaldo nunca havia se candidatado a nenhum cargo público. "Sempre tive interesse pela política, mas sem perspectiva de candidatura", frisou.

Na Alepe, o petebista é 2º vice-líder da bancada do partido; vice-presidente da Comissão de Assuntos Internacionais; titular da Comissão de Saúde; e suplente da Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação. A diplomação e a posse no Parlamento marcaram a vida do médico. "Sabia como funcionava o Poder Legislativo, entretanto, é muito diferente quando se participa diretamente, apresentando e defendendo projetos em prol de uma melhor qualidade de vida da população e do desenvolvimento de Pernambuco", observou.

EDUARDO PORTO QUER AJUDAR NO COMBATE À VIOLÊNCIA

O deputado Eduardo Porto (PT do B) foi eleito, em 2006, com 21.525 votos. Casado e pai de dois filhos, o parlamentar, que é bacharel em Direito, chegou à Assembléia Legislativa com o objetivo de ajudar o Governo do Estado no combate à violência e melhorar a qualidade de vida dos pernambucanos.

Porto também é delegado especial aposentado. Pela sua experiência profissional, ele defende políticas públicas voltadas, principalmente, para a segurança pública, como forma de garantir o desenvolvimento econômico e dos demais segmentos, a exemplo da educação e do turismo. "A segurança é imprescindível", lembrou, lamentando os altos índices de criminalidade no Estado.

Apesar de estar no seu primeiro mandato na Assembléia, Eduardo Porto não é principiante na vida pública. No pleito municipal de 2004, foi eleito vereador por Jaboatão dos Guararapes, na Região Metropolitana do Recife (RMR), com uma votação bastante expressiva. Natural de Canhotinho, no Agreste, ele diz ter herdado da família o gosto pela política. "É uma honra e uma responsabilidade representar os pernambucanos. É preciso agir com seriedade e discernimento em prol do Estado", comentou.

Atualmente, o deputado é líder da bancada do partido na Casa Joaquim Nabuco, além de vice-presidente da Comissão de Administração Pública; titular da Comissão de Ciência, Tecnologia e Informática; e suplente das Comissões de Finanças, Orçamento e Tributação, Saúde e Ética. Ele também atuou na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Celpe.

RINALDO MARQUES



Deputado acumulou experiência como delegado

CULTURA



Cerca de 700 pessoas lotaram o Teatro do Parque para assistir ao espetáculo de artistas pernambucanos

FOTOS: RINALDO MARQUES

SHOWS DE FORRÓ CONTAGIAM PÚBLICO DO PROJETO SEGUNDA CULTURAL

Setembro já tinha chegado, mas o clima era de festa junina. E das mais animadas. Foi assim a edição do Projeto Segunda Cultural do mês passado, que atraiu cerca de 700 pessoas ao Teatro do Parque - em plena segunda-feira - para forrozar com artistas locais, entre eles Geraldinho Lins. O público bem que tentou ficar sentado, mas o ritmo contagiante do tradicional forró pé-de-serra mexeu com vários casais, que não resistiram e começaram a dançar pelos corredores do teatro. Quem preferiu não se levantar, acompanhou a sanfona e a zabumba batendo palmas.

O casal formado pela comunicadora social Roberta Rigaud e o professor Lucas Maciel integrou a lista dos que reviveram as festas juninas mais calorosamente. Logo no início do espetáculo, destacaram-se por não parar um só minuto de dançar, mesmo quando o restante do público ainda parecia tímido. Eles elogiaram a iniciativa da Alepe e afirmaram o desejo de continuar prestigiando o evento. "Não conhecíamos o Segunda Cultural, mas achamos uma idéia fantástica, principalmente por ter entrada gratuita e contribuir com a cultura do Estado", afirmou Roberta. "É uma oportunidade de mostrar as bandas locais, e isso deixa claro o incentivo à cultura", completou Maciel.

Entre as atrações, o cantor Geraldinho Lins, que, pela primeira vez participou da iniciativa e apresentou, além de músicas próprias, clássicos de Luiz Gonzaga e Acioly Neto. "O que mostramos foi um resumo dos meus 17 anos de carreira", explicou o forrozeiro, acrescentando que "a proposta da Alepe é louvável por oferecer cultura gratuitamente à população". Para o vocalista da banda PegaPaKapá - grupo de Jaboatão dos Guararapes que integrou as atrações da noite-, Eraldo Santos, "seria bom que toda semana houvesse eventos como esse, que prestigiam, de maneira igual, quem tem condições de pagar ingresso e quem não tem". Também subiram ao palco os cantores Jorge Neto, Zé Mário Drums, Nelsinho e Cikó Macedo, além do grupo Balaio de Cheiro.



Presidente da Alepe, Guilherme Uchoa, e a mulher, Eva, prestigiaram o evento

O presidente da Alepe, deputado Guilherme Uchoa (PDT), e sua esposa, Eva Uchoa, estiveram presentes aos shows. "É uma satisfação saber que o Projeto Segunda Cultural tem tido cada vez mais êxito", declarou Uchoa. Ele agradeceu ao gerente de Audiovisual do Teatro do Parque, Ernesto Barros, e a gerente de Serviços do local, Niziani Miotto, pelo apoio dado à iniciativa.

O Segunda Cultural é uma ação da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa e completou cinco anos em fevereiro deste ano. Acontece sempre na primeira segunda-feira útil de cada mês. Já foram realizadas cerca de 60 edições e mais de cem atrações passaram pelo Plenário da Casa Joaquim Nabuco, onde normalmente acontecem as apresentações. Essa foi a segunda edição realizada no Teatro do Parque, por causa da interdição, desde julho deste ano, do prédio-sede do Parlamento Estadual por necessidade de reformas estruturais. Os artistas que participam do projeto não cobram cachê e a entrada é gratuita.